



ACÓRDÃO Nº2009/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11616/2023.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON
- 4- **Exercício:** 2022
- 5- **Responsável:** Jalil Fraxe Campos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6523/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON. Exercício de 2022.

Regularidade. Quitação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FUNDECON), sob responsabilidade do **Sr. Jalil Fraxe Campos**, exercício 2022, nos termos do art. 22, I, da Lei Estadual n. 2.423/96;
- 10.2. **Dar quitação** plena ao **Sr. Jalil Fraxe Campos**, no tocante à Prestação de Contas do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FUNDECON), de acordo com o art. 23, da Lei nº 2423/1996;
- 10.3. **Dar ciência** ao **Sr. Jalil Fraxe Campos**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto



ACÓRDÃO Nº2009/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital,
com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.4. Arquivar o processo, após cumpridos os prazos regimentais.

11- Ata: 33ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Setembro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral